

Acordo com a África do Sul não livrou Machel dos resistentes

O governo da Maputo parece ter ficado, simultaneamente, surpreendido e frustrado pela sua incapacidade em pôr termo à guerra que lhe move o Movimento de Resistência de Moçambique (MNR — oposição armada) apesar do acordo assinado com a África do Sul, em 16 de Março passado, em Incomati, diz-se nos meios diplomáticos da Maputo.

Segundo um diplomata acreditado na capital moçambicana, após a assinatura do acordo do Incomati — que prevê que a África do Sul cesse de armar e treinar os entre 10 000 e 15 000 combatentes do «MNR» — o governo do presidente Samora Machel esperava, é certo, a continuação dos contactos, talvez mesmo durante alguns meses, mas pensava poder finalmente eliminar o MNR.

Entretanto, para os analistas militares, o Exército moçambicano não está em condições de controlar a guerrilha, que continua activa em particular nas regiões setentrionais do país (Nampula, Zambézia e Niassa), e na de Tete (nordeste) onde as emboscadas continuam a ser montadas na estrada entre o Zimbabué e o Malawi.

A Frelimo considera que membros do Governo português e grupos de insutrais no estrangeiro estão comprometidos «num “complot” contra a independência de Moçambique»

Na polémica registada nos comunicados, o Exército bem afirmou no início do mês de Julho ter morto 1 220 membros do MNR desde o princípio do ano e de ter conduzido operações nas províncias centrais de Manica e Sofala, mas o MNR respondeu declarando ter lançado duas ofensivas contra uma base do Exército e contra uma ponte perto da Beira, capital da província de Sofala.

Fontes diplomáticas e moçambicanas especificaram, todavia, que o governo de Samora Machel está satisfeito com o modo como a África do Sul respeitou os termos do acordo do Incomati.

SUSPEITAS SOBRE PORTUGUESES

De resto, um comunicado da comissão política da Frelimo, publicado depois da visita a Maputo, em 30 de Junho, do ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, parecia desejar encontrar noutras paragens que não em Pretória as razões para a tenacidade do MNR.

O comunicado especificava em particular que «personalidades do seio de governos ligados diplomaticamente a Moçambique» e «círculos de nostálgicos da era colonial» estavam comprometidos «num complot contra a independência de Moçambique».

Os observadores notam que se Moçambique não tem relações diplomáticas com a África do Sul, tem-as em contrapartida com Portugal, que colonizou o

país até 1975.

Alguns diplomatas acreditados no Maputo explicam que os termos do comunicado da comissão política da Frelimo poderiam, portanto, aplicar-se a membros do Governo português que teriam conservado contactos com grupos de retornados moçambicanos em Portugal e na África do Sul.

Há rumores no Maputo que indicam que grupos de industriais que vivem no estrangeiro e que tiveram de abandonar terras e haveres em Moçambique apoiam as acções do MNR.

Nota-se igualmente que umas 600 000 pessoas de língua portuguesa entre as quais algumas com a nacionalidade moçambicana, vivem na África do Sul, perto da fronteira.

Nota-se igualmente que umas 600 000 pessoas de língua portuguesa entre as quais algumas com a nacionalidade moçambicana, vivem na África do Sul, perto da fronteira.

TENTATIVAS DE ENTENDIMENTO

O governo do presidente Machel parece tentado em admitir um esforço de diálogo com o MNR, e certos diplomatas acreditados em Maputo acham quase certo que foram organizados contactos entre o poder e a guerrilha.

O porta-voz do MNR, Jorge Correia, tinha garantido a este respeito, em Junho, em

Lisboa, que hólve entrevistas num país vizinho de Moçambique.

Um diplomata, que especificou ter obtido esta informação de um membro do comité central da Frelimo, indicou, por seu lado, que alguns emissários do governo tinham sido encarregados, em meados de Junho, de tomar contacto com a guerrilha, na sua base central, situada nas montanhas da Gorongosa (província de Sofala).

Por fim, além destas eventuais tentativas de diálogo, o governo de Maputo utilizou igualmente meios não militares para tentar diminuir a força persistente do MNR.

Em Malo, por exemplo, as autoridades moçambicanas tinham oferecido o perdão

aos combatentes do MNR que viessem a render-se com as suas armas, mas, note-se, a lei prescrevendo esta medida ainda não foi votada.

**Dave Clemens
da «France Presse»**

Frustração em Moçambique